

Apresentação

A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro traz à comunidade jurídica e acadêmica – e a toda a sociedade brasileira – esta edição especial de sua Revista de Direito, inteiramente dedicada à questão dos *royalties* do petróleo, ora submetida ao Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado de constitucionalidade.

A matéria se insere entre as de maior relevância no cenário político e econômico brasileiro e seu correto equacionamento depende da compreensão de inúmeros aspectos de nosso Direito Constitucional, relacionados principalmente ao princípio federativo e à própria natureza jurídica dos *royalties*.

No intuito de fomentar e aprofundar o debate da questão, este volume reúne trabalhos diversificados, como artigos doutrinários, pareceres e peças processuais, fornecendo um panorama bastante abrangente do tema, e procura demonstrar o conjunto de fatores que conduzem à inconstitucionalidade da Lei nº 12.734/2012, na parte em que altera dispositivos das Leis nº 9.478/97 e nº 12.351/2010 referentes à distribuição dos *royalties* do petróleo. As alterações pretendidas infringem o art. 20, § 1º, da Constituição de 1988, haja vista a natureza compensatória e não redistributiva dos *royalties*, bem como violam o próprio pacto federativo originário, pois o pagamento de *royalties* e a fórmula de cobrança do ICMS sobre petróleo no destino (e não na origem) formam um sistema que integra o compromisso constituinte entre Estados produtores e não-produtores (CF, art. 155, § 2º, X, “b”).

Como de praxe nas Revistas de Direito da Procuradoria Geral, esta edição especial compõe-se de diversas partes. A primeira, dedicada à doutrina, abre-se com um artigo inédito do professor Diogo de Figueiredo Moreira Neto – Procurador do Estado aposentado e um dos maiores publicistas do País –, sob o sugestivo título *A Crise da Democracia Representativa e a Ascensão do Poder Judiciário no Brasil*. A ele se seguem estudos que abordam diferentes aspectos jurídicos da temática do petróleo, todos elaborados por estudiosos da matéria: o saudoso Marcos Juruena Villela Souto, Fabrício do Rozário Valle Dantas Leite, Rodrigo Tostes de Alencar Mascarenhas e Guilherme Barbosa Vinhas.

A segunda parte traz relevantes pareceres emitidos sobre várias questões jurídicas referentes ao petróleo. Incluiu-se no conjunto o substancioso parecer do Dr. Célio Borja, Ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, que instruiu a petição inicial da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4917, ajuizada pelo Governador do Estado do Rio de Janeiro. Integram a coletânea, ainda, todos os pareceres que revelam a posição institucional da Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro a respeito da matéria, com ênfase, naturalmente, nas questões atinentes à natureza, titularidade e distribuição dos *royalties*, inclusive dois emblemáticos textos de autoria do então Procurador do Estado, hoje Ministro do STF, Luís Roberto Barroso.

Na parte dedicada ao Poder Judiciário, apresenta-se a íntegra da decisão proferida pela Ministra Cármen Lúcia, na qualidade de Relatora, deferindo medida cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4917. Seguem-se a esta importante decisão, na parte intitulada “Estado em Juízo”, as peças processuais mais significativas produzidas pela Procuradoria Geral do Estado no contexto do debate judicial da questão dos *royalties*, inclusive a petição inicial daquela Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Inovando em relação às edições regulares da Revista de Direito da Procuradoria Geral, o presente volume especial traz uma parte que retrata o processo legislativo que culminou na edição da Lei 12.734, de 30 de novembro de 2012, apresentando inclusive as razões de veto da Presidência da República, sempre com o objetivo de enriquecer a discussão e fornecer ao leitor o panorama completo da matéria.

Encerram o volume os “Escritos Esparsos”, compendiando textos que, por sua linguagem bastante direta, certamente contribuirão ainda mais para o entendimento do complexo tema.

A Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro espera, com esta edição especial de sua Revista de Direito, atingir não apenas o público especializado, mas a sociedade em geral, a própria cidadania brasileira, fomentando o debate a respeito dos *royalties* com os pés fincados nos princípios constitucionais, e centrando a interpretação e aplicação do Direito na democracia, no ideal republicano e no equilíbrio federativo.

LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES
Procuradora-Geral do Estado do Rio de Janeiro